

# Mulheres úteis à sociedade: gênero, pobreza e moralidade no mercado de trabalho da cidade de São Paulo (1870-1920)

Useful women for society: gender, poverty and morality in Sao Paulo's labor market (1870-1920)

Caroline da Silva Mariano\*; Lígia Esteves Sant'Anna de Souza\*\*

## Resumo

O presente artigo pretende investigar o mercado de trabalho na cidade de São Paulo entre as décadas de 1870 e 1920 sob as perspectivas relacionais de gênero e raça. A partir de meados do século XIX observa-se a emergência de um modelo de feminilidade que aponta para o papel civilizador da mulher: a ela caberia o cuidado e a instrução dos futuros trabalhadores da pátria higiênica que se pretendia construir. Por esta perspectiva, o trabalho era criticado como um obstáculo para o seu dever enquanto “mãe extremosa”. No discurso da *Liga das Senhoras Católicas de São Paulo* na ocasião da inauguração de um *Restaurante para Senhoras*, em 1926, investigamos as permanências dos padrões femininos de moralidade e domesticidade, os quais tiveram centralidade na conjuntura de disciplinarização da mão de obra livre no pós-emancipação. Nesse sentido, verificamos como, pautadas pelo improvisado e pelo imperativo do trabalho, as experiências de mulheres subalternas escaparam aos modelos de feminilidade impostos pela religião e atualizados pela ciência em fins do século XIX e início do século XX.

Palavras-chave: Trabalho feminino; São Paulo; História das Mulheres.

## Abstract

This paper aims to analyse Sao Paulo's labor market in the late 19th and early 20th centuries under gender and race relational perspectives. From the mid 19th century it is possible to observe the rise of a femininity model related to a civilizing role: women should be responsible for the supervision and instruction of future male workers that would build an ideal hygienic homeland. Thereby, female work was seen as an obstacle to women's duty as caring mothers. In the occasion of a “just for women” restaurant (*Restaurante para Senhoras*) opening, promoted by the *Liga das Senhoras Católica de São Paulo* in 1926, we search for permanences of feminine standards of morality and domesticity, which were central to the context of free labor discipline in the post-abolition period. So, because of the real women's maintenance needs, it is possible to check how poor women escaped this femininity model imposed by religion and modernized by science in the late 19h and early 20th centuries.

Keywords: Female Work; Sao Paulo; Women's History.

\* Mestranda em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Bacharela e licenciada em História pela mesma instituição. Pesquisa criminalidade feminina na cidade de São Paulo no fim do século XIX, trabalhando conceitos como honra, vadiagem e moralidade;

\*\* Mestranda em História Social pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisa sobre cotidiano asilar e educativo de meninas órfãs e vulneráveis na cidade de São Paulo no período pós-abolição.

No dia cinco de março de 1926 o Correio Paulistano publicou uma breve entrevista com a Sra. D. Augusta Ribeiro Danta, porta-voz da *Liga das Senhoras Católicas de São Paulo (LSCSP)*, sobre a inauguração do *Restaurante para Senhoras* prevista para dali quinze dias. Segundo ela, a função do estabelecimento seria providenciar por preço módico “[...] comida sadia, farta e limpa a todas as mulheres que são obrigadas a procurar subsistência fora do lar” (CORREIO PAULISTANO, 1926, p. 3).

Construído sob o Viaduto do Chá em terreno cedido pela prefeitura, o restaurante funcionou até 1999<sup>1</sup> e em seus primeiros anos de atuação esteve integrado a um território de grande circulação na região central de São Paulo, cidade que crescia exponencialmente em termos geográficos e demográficos. Nas primeiras décadas do século XX verifica-se a concentração de atividades comerciais e financeiras do Estado no chamado “triângulo histórico” – entre as ruas Direita, XV de Novembro e São Bento – e na área circundante a ele, incluindo o viaduto. Ali são notáveis construções exuberantes destinadas a acomodar estes serviços, como o Edifício do Banco do Brasil, inaugurado em 1901 e reformado entre 1923 e 1927 para receber o banco, o Edifício Sampaio Moreira, de 1924, e o Edifício Martinelli, inaugurado em 1929.

Tais empreendimentos estão associados ao investimento de capitais provenientes da lucrativa agricultura cafeeira desenvolvida no interior do estado ao longo do século XIX que, somado à expansão demográfica da cidade – a qual passou de 67.934 habitantes em 1890 para 579.033 em 1920 –, propulsionou o alargamento das atividades industriais e da malha urbana paulistana. Porém, nas primeiras décadas da República, apesar da esperançosa busca pela sedimentação da imagem de cidade moderna e europeizada, São Paulo recebeu milhares de indivíduos estrangeiros e nacionais de maneira tumultuada e desordenada, o que acabou por impactar derradeiramente a ocupação de seu território.

Este processo remonta aos projetos de planejamento urbanístico postos em prática na virada do século, os quais intentaram remediar a crescente situação de ocupação precária através do melhoramento da estrutura sanitária e pela tentativa de erradicação de habitações coletivas, como os cortiços, apontadas pelo poder público como insalubres, promíscuas e mal frequentadas, onde a pobreza existia e se reproduzia (ROLNIK, 1997, p. 37). As intervenções e regulamentações sobre os territórios da pobreza foram acompanhadas e fundamentadas pela tentativa de reordenar moralmente as classes trabalhadoras, compostas tanto por imigrantes recém-chegados como por nacionais relacionados direta ou indiretamente ao passado recente da escravidão (SANTOS, 1998). Com a finalidade de consolidar uma cidade ideal às concepções de modernidade – limpa, ordenada, industrial, livre de epidemias – foi promovida a figura de um trabalhador que se encaixasse neste novo tempo: disciplinado, assalariado e branco

---

<sup>1</sup> A exclusividade do acesso feminino ao restaurante foi relaxada ao longo das décadas. Em 1970 o estabelecimento recebia homens normalmente

(ANDREWS, 1998), cuja oposição “natural” condizia aos elementos associados ao passado rural, monarquista e escravista do país. Nesta perspectiva, a historiografia tem mapeado um encadeamento de reformas orientadas por noções sanitaristas e conduzidas por camadas dominantes do cenário político e econômico, para as quais setores despossuídos, sobretudo egressos do cativo, obstavam um projeto civilizatório que tinha como modelo as formações sociais europeias (SANTOS, 1998, p. 42).

Logo, o público alvo do *Restaurante para Senhoras* foi composto por mulheres que de maneira formal ou informal atuaram profissionalmente neste pólo de serviços e ativamente fizeram parte deste novo cotidiano da cidade. Dona Augusta Ribeiro Danta expõe as diretrizes do estabelecimento: “Nossa Associação propõe-se de um modo especial proteger, auxiliar e elevar a mulher” (CORREIO PAULISTANO, 1926, p. 3), evidenciando assim a necessidade resgatar o sexo feminino de ambientes que rebaixassem sua conduta moral e protegê-lo de perigos existentes nos espaços públicos, estranhos à sua presença. Sob esta lógica, a circulação de mulheres em locais não relacionados ao lar deveria ser creditada à vulnerabilidade financeira.

Nos primeiros anos da década de 1920 algumas iniciativas de cunho filantrópico direcionadas a mulheres pobres foram mobilizadas pela LSCSP, precedendo a inauguração do *Restaurante*. O primeiro estatuto da organização, de 1923, estabeleceu o departamento interno de Auxílio Social com a finalidade de concentrar e facilitar a venda de trabalhos manuais confeccionados por senhoras necessitadas, que “na impossibilidade de abandonar o lar” precisavam complementar a renda familiar (SANTANA, 2007, p.33). No ano seguinte é fundada a *Escola de Economia Doméstica* com o intuito de instruir mulheres sobre padrões adequados na execução das “funções do lar”, objetivando a formação e cultivo de um ambiente doméstico compreendido como “sadio”. Os cursos eram destinados tanto às futuras donas de casa que visavam aprimorar sua “vocação natural” como àquelas que exerciam o trabalho doméstico na casa de terceiros como fonte de renda, estimuladas a apresentar seus serviços da forma mais qualificada possível (Ibid., p. 27).

Nesse sentido, através de uma linguagem moral respaldada nos preceitos do catolicismo, a LSCSP buscou sugerir papéis sociais específicos a serem exercitados pelo sexo feminino dentro da sociedade civil, combinando iniciativas de aspecto educativo (*Escola de Economia Doméstica*) e prático (*Restaurante para Senhoras*). Ao delimitar o universo doméstico como ideal e natural às mulheres, a dualidade “dona de casa” versus “mulher trabalhadora” é evidenciada no discurso institucional da instituição. Concepção compartilhada por setores governamentais e industriais da sociedade, que buscavam reforçar a ideia de que a força de trabalho feminina era inferior à masculina por sua incapacidade de adquirir conhecimento técnico sobre as atividades “complexas” (WEINSTEN, 1995), fator que certamente colaborou para menor remuneração feminina frente à masculina. O aceite e viabilização da presença das paulistanas no universo produtivo externo ao lar acontece apenas parcialmente, sendo compreendido como

fruto circunstancial de fragilidade financeira, havendo a necessidade de lembrá-las sobre sua real função no tecido social e “reencaminhá-las” para dentro do ambiente doméstico.

A leitura feita pela organização filantrópica sobre esta realidade corrobora a ideia de que mulheres que trabalhavam fora de seus lares o faziam por falta de opção, sendo a “falta de preparo” para lidar com a realidade da esfera pública um fator de acirramento da vulnerabilidade social. Dessa forma, Dona Augusta Ribeiro Danta aponta os problemas que as impediam de exercer sua real utilidade à sociedade:

Nossa Associação propõe-se de um modo especial proteger, auxiliar e elevar a mulher, porém não [como] nesse feminismo mal compreendido, que quer à outrance, equiparar a mulher ao homem, dando-lhe direito de voto e outros privilégios, incompatível com a atualidade feminina. Queremos tornar a mulher útil à sociedade: à pobre, evitando-lhe o vexame da esmola, ensinando-a a trabalhar, afim de que ela possa tornar-se apta a prover honestamente à sua subsistência, evitando que no desespero da miséria se atire ao vício e à perdição; à remediada, auxiliá-la a procurar colocação equivalente à sua posição e seus préstimos; finalmente à rica, adverti-la de que há coisa mais séria e mais útil na vida do que cuidados de *toilette*, mundanismo e etc (CORREIO PAULISTANO, 1926, p. 3)<sup>2</sup>.

Nesse sentido, a difusão de um modo de vida que exaltava os padrões morais da família burguesa, ideal à sociedade moderna, cobrava um mesmo comportamento de mulheres de diferentes estratos sociais, as quais experienciaram realidades materiais distintas e não usufruíram das mesmas prerrogativas. A *LSCSP*, ao mesmo tempo que busca equalizar a conduta moral feminina, admite que a hierarquização da sociedade designa funções de acordo com a classe, sendo os hábitos das mulheres pobres aproximados do “vício e a perdição” e impeditivos da formação de uma família modelar “saudável”, a principal célula da boa sociedade e produtora de bons cidadãos e futuros trabalhadores. Portanto, seriam elas passíveis de reforma.

Apesar da *LSCSP* ter detectado a frequência de mulheres trabalhadoras pelo centro da cidade na década de 1920, a atuação feminina não era novidade ali: Maria Odila Leite da Silva Dias (1995, *passim*) descreveu o cotidiano econômico das mulheres oitocentistas, assinalando como estas garantiram a subsistência de si e dos seus a partir da atuação produtiva no espaço urbano. No setor de bens e serviços paulistano, mulheres livres e escravizadas alimentavam os trabalhadores com quitutes preparados na hora, lavavam roupas e limpavam casas de famílias bem estabelecidas e, quando escravizadas, sustentavam seus proprietários e proprietárias alugando sua força de trabalho a terceiros.

À vista disto, a concepção de que a mulher pobre nacional não teria meios de “prover honestamente sua subsistência” tem respaldo na ideia de que a escravidão teria privado a mulher

---

<sup>2</sup> O documento teve o português atualizado, de modo a facilitar a leitura

negra das habilidades de se comportar adequadamente no mundo do trabalho livre e seus costumes estariam assentados no universo selvático do trabalho servil. Sua fragilidade também estaria assentada na visão de “precariedade” das estruturas familiares das populações pobres, sendo constantes fatores como ausência paternal, a residência em habitações insalubres coletivas e alta taxa de mortalidade infantil, que as afastaram das normativas sociais cobradas naquele momento.

Assim, este artigo procura colaborar para a compreensão das reconfigurações morais relacionadas ao trabalho feminino, as quais emergem em meados do século XIX e são visíveis no discurso da *LSCSP*, bem como possuem ampla propagação pela cidade na década de 1920. Observando as práticas acerca do trabalho feminino urbano associado ao passado recente da escravidão e considerando as radicais transformações demográficas aconteceram em São Paulo entre os 35 anos que separam a Abolição da fundação da *LSCSP*, propomos uma explanação sobre entendimentos e usos das hierarquias sociais no período em questão. No primeiro tópico são resgatados aspectos sobre diferentes dinâmicas do trabalho desempenhado por mulheres livres, libertas, libertandas e escravizadas no final do período de vigência da escravidão, confrontando noções relativas à raça e *status* jurídico na conformação das hierarquias da sociedade paulistana. Na segunda parte do texto propomos uma reflexão sobre os antagonismos morais provenientes da reestruturação social promovida pela Abolição, quando foram elaborados ideais comportamentais femininos muito distantes da realidade da pobreza, razão para exclusão e periferização de mulheres nacionais frente à onda de imigrantes que inundou a cidade no período em questão.

### **Mulheres brancas e negras e o mundo do trabalho na cidade de São Paulo em fins do século XIX e início do século XX**

No espaço urbano paulistano, a escravidão se particularizou pela pequena propriedade e presença preponderante de mulheres e crianças escravizadas, característica

[...] que colocava no universo dos proprietários de escravos uma série de figuras sociais de cabedais econômicos pouco apreciáveis, como viúvas, mulheres solteiras e famílias de poucas posses (MACHADO, 2014, p. 170-171).

A exploração da mão de obra cativa nas modalidades do ganho e do aluguel, relacionadas a atividades de serviços de consumo e subsistência (DIAS, 1985, p. 96), foi um importante complemento na renda de setores pobres e remediados da sociedade paulista (OLIVEIRA, 2005, p. 104), sendo amplamente utilizadas por proprietárias empobrecidas no século XIX. Inscrito nestes expedientes de exploração da mão de obra cativa, o pequeno comércio de gêneros alimentícios foi um dos principais meios de arregimentação do trabalho de escravizados em São Paulo. Tema de destaque na historiografia brasileira sobre escravidão, as cativas implicadas nas vendas ambulantes de hortaliças, frutas e quitutes, as chamadas

quitandeiras, eram presença abundante nas ruas da capital. De fato, estas atividades eram realizadas, em sua grande maioria, por mulheres, sendo que “[...] o caráter feminino perfazia as duas pontas da pequena hierarquia que conformava esse ramo” (MACHADO, 2014, p. 181).

Conformando estratos menos rentáveis do sistema escravista, os quais convergiam na construção de espaços de autonomia e formação de redes de solidariedade, o ofício de quitandeiras não excluía os mecanismos de controle, principalmente no que se refere à vigilância das escravizadas que circulavam no espaço público pela municipalidade (DIAS, 1995, p. 138-139). Nos liames entre o clandestino e o lícito, sob o trabalho de negras de tabuleiro pairava a permanente suspeição de prostituição (Ibid., p. 127). Também alarmava aos administradores públicos os contatos entre estas e escravizados fugidos ou aquilombados (DIAS, 1985, p. 103).

Esfera de tensão ao longo de todo o período oitocentista, o controle e vigilância de quitandeiras pela gestão municipal irá persistir e se acirrar até o fim do século XIX, introduzindo-se posturas que buscavam beneficiar imigrantes portuguesas e italianas em detrimento dos tabuleiros de escravizadas e libertas na década de 1870 (DIAS, 1985, p. 101) e despontando no Código de Posturas de 1886. Fruto de um modelo sanitário que propunha a ordenação da cidade, o art. 151, delimita os espaços destinados à venda de alimentos, proibindo que esta seja conduzida “[...] em tabuleiros ou vasilhas imundas, ou que se vendam tais objetos em estado tal que possa prejudicar a saúde pública” (SÃO PAULO, 1886, p. 29). Paulatinamente, as cativas empregadas no pequeno comércio de gêneros alimentícios são substituídas por libertas – demograficamente multiplicadas em decorrência das alforrias e da atuação do movimento abolicionista na cidade – e por brancas empobrecidas<sup>3</sup>. Estas, “destituídas de seus escravos, não surpreende que o artesanato doméstico vendido pelas quitandeiras e doceiras livres continuasse a garantir a sobrevivência de mulheres sós, pobres e remediadas, nos finais do século” (TELLES, 2013, p. 262-263).

Também remontando à década de 1870, “[...] a alta dos preços dos cativos e a ‘fome de braços’ da lavoura cafeeira [...]” (MACHADO, 2014, p. 170), além de um efervescente movimento organizado de libertação de escravizados, concorrem para a crise da escravidão urbana, a partir da qual, em São Paulo, o sistema escravista desapareceu precocemente, ainda que nunca tenha apresentado grandes níveis de concentração e densidade demográfica (Ibid., p. 170). A conjuntura do século XIX, sobretudo após o fim do tráfico africano, acelerou a emergência de formas intermediárias entre a escravidão e o trabalho livre:

A tendência ao trabalho livre tornou-se imperante, em especial diante da sensível diminuição da população escrava urbana, transferida para as zonas rurais. No entanto, é preciso relativizar o caráter brusco

---

<sup>3</sup> No que se refere à dimensão de gênero nas alforrias em São Paulo e suas imbricações com o paternalismo senhorial, cf. BERTIN, Enidelce. **Alforrias na São Paulo do Século XIX: Liberdade e Dominação**. São Paulo: Humanitas, 2004

geralmente atribuído à crise da escravidão urbana. O regime de trabalho escravo nas cidades manteve-se presente, resistindo até pelo menos aos anos de 1870, pois continuaria atrelado aos interesses de importantes estratos da sociedade (WISSENBACH, 1998, p. 77).

Nesse sentido, condizente com a exigência das elites de uma abolição gradual que previasse indenizações aos proprietários, o processo de fim da escravidão em São Paulo encaminhou a entrada precária e informal de homens e mulheres no âmbito da liberdade (ARIZA, 2014, p. 118). Para tanto, contribuíram os contratos de locação de trabalho relacionados a alforrias, formalizados pela lei de 28 de setembro de 1871. Estes contratos preconizaram a introdução de escravizados e escravizadas no mundo do trabalho livre na medida em que, despossuídos de meios para custear sua alforria, contraíam dívidas com terceiros, que, por seu turno, seriam indenizados com até sete anos de serviços após aqueles alcançarem sua emancipação (Ibid., p. 163). Relevante expediente na emergência de uma camada de libertandos<sup>4</sup>, os arranjos de trabalho tutelado de finais do século XIX tornaram as situações transitórias entre escravidão e liberdade uma constante (GOMES; MACHADO, 2015, p. 21). Nesse sentido, esta ambiguidade encaminhou egressos do cativo, sobretudo mulheres, prioritariamente ao serviço doméstico, em contratos de trabalho informados por experiências pregressas (ARIZA, 2014, p. 108). Neste âmbito de serviço tutelado e mediado pelo paternalismo, mulheres afrodescendentes viveram liberdades instáveis e precárias no bojo da derrocada do sistema escravista (Ibid., p. 188):

Por outro lado, no que se refere à imigração, a historiografia tradicionalmente enfatizou personagens masculinos e relacionados ao trabalho industrial e ao movimento operário organizado, relegando as mulheres e os ofícios realizados fora do âmbito fabril, como os serviços domésticos e o pequeno comércio, à dimensão residual (MATOS, 2014, p. 97). De fato, "se algumas experiências de deslocamento foram a princípio prioritariamente masculinas [...]" (Ibid., p. 126), a política imigrantista, ao preferir a entrada de famílias em detrimento de indivíduos sós, viabilizou a entrada de mulheres - esposas, filhas, mães, sogras e noras -, contribuindo para o aumento da camada de mulheres livres pobres em São Paulo. Em 1872, entre as 707 estrangeiras que viviam na cidade, constavam 29% de africanas (107 escravizadas e 102 livres) e 67% europeias - entre as quais estavam alemãs, austríacas, belgas, dinamarquesas, espanholas, francesas, holandesas, húngaras, inglesas, italianas, portuguesas, russas, suecas e suíças -, bem como 4 argentinas, 7 norte-americanas, 2 "orientais", 6 paraguaias (Recenseamento do Brasil em 1872).

Destarte, as perspectivas que apontam o imigrante como agente do trabalho livre por excelência devem ser matizadas na medida em que o fluxo contínuo de mão de obra estrangeira

---

<sup>4</sup> A categoria de "libertando" foi empregada na documentação consultada por Marília Bueno de Araújo Ariza de modo a definir os trabalhadores em processo de obter sua liberdade, implicados nos contratos de locações de serviços

para a capital contribuiu para o desemprego estrutural e para a disseminação de ocupações pautadas pela informalidade (PINTO, 1994, p. 30-31). Neste contexto, o serviço doméstico também constituiu destacado espaço de atividade remunerada de mulheres brancas, nacionais ou estrangeiras:

Mulheres casadas ou solteiras, imigrantes ou nacionais, pretas, brancas e mulatas, acompanhadas por um ou dois filhos ou sozinhas, ainda crianças e adolescentes, empregavam-se como cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, arrumadeiras, copeiras, pajens, ajudantes nas casas de famílias abastadas e de médios recursos, de fazendeiros, comerciantes, financistas, profissionais liberais, pequenos funcionários públicos, pequenos vendedores e de pequenos trabalhadores autônomos que haviam conseguido uma modesta ascensão social, como era o caso de muitos ferreiros, sapateiros, marceneiros etc. (PINTO, 1994, p. 97).

A este respeito, o recenseamento de 1872 traz indicações sobre os exercícios profissionais exercidos por mulheres no município:

**Tabela 1 – Mulheres livres, escravizadas e estrangeiras em relação às profissões (1872)**

<b>Profissões</b>	<b>Livres</b>	<b>Escravizadas</b>	<b>Estrangeiras</b>
<b>Artistas</b>	16	-	-
<b>Capitalistas e proprietárias</b>	20	-	5
<b>Criadas e jornaleiras</b>	386	25	24
<b>Criadoras</b>	2	-	-
<b>Comerciantes, guarda-livros e caixeiras</b>	46	-	20
<b>Costureiras</b>	1.189	79	52
<b>Lavradoras</b>	1.990	364	77

<b>Manufatureiras e fabricantes</b>	17	-	1
<b>Operárias em tecidos</b>	763	123	23
<b>Parteiras</b>	6	-	3
<b>Professoras</b>	17	-	1
<b>Sem profissão</b>	5.463	450	112
<b>Serviços domésticos</b>	3.350	751	282
<b>Total</b>	13.265	1.792	600

**Fonte: Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874.**

Se tanto gênero (SCOTT, 1990, *passim*) quanto raça (HODES, 2013, *passim*) são categorias relacionais, é necessário assinalar as diferenças e semelhanças entre a arregimentação de negras e brancas ao trabalho doméstico: ao passo em que para mulheres afrodescendentes – escravizadas, libertandas ou libertas – este tipo de serviço acenou como uma solução doméstica e tutelada aos conflitos entre “[...] expectativas de liberdade e de continuidade de dominação escravista [...]” (ARIZA, 2014, p. 187-188), mulheres brancas, sobretudo estrangeiras, foram valorizadas como limpas, honestas, ordeiras (MATOS, 2014, p. 158) e sob suas funções repousava a ideia de artigo de luxo entre elites europeizadas.

Outro conceito analítico relevante é a dimensão do “sem profissão”, na qual grande quantidade de mulheres foram registradas no recenseamento de 1872. Pode indicar, por um lado, o desemprego crônico e o caráter informal da economia urbana neste processo de urbanização, na qual o descompasso entre o crescimento demográfico e as necessidades do desenvolvimento econômico corroboraram para o aumento de “[...] formas múltiplas de trabalho temporário, do subemprego, do emprego flutuantes” (PINTO, 1994, p. 31). Bridget Hill (1995, p. 56) aponta que a dimensão multi-ocupacional, sazonal e irregular do trabalho feminino, bem como a expectativa de que mulheres não estivessem engajadas em algum tipo de atividade

remunerada pelos recenseadores, frequentemente conduziram a uma ausência de registros. Por outro, pode assinalar para possíveis “aderências” aos modelos de feminilidade – a princípio calcados em perspectivas religiosas e atualizados por um ideário cientificista –, que impuseram à mulheres os papéis exclusivos de mãe e dona de casa, para os quais as atividades remuneradas eram consideradas desviantes, como se reverbera e demonstra sua vitalidade na entrevista de D. Augusta Ribeiro Danta que abre este artigo.

Contudo, se durante o século XIX a atividades compreendidas como domésticas foram preponderantes para as trabalhadoras femininas, a década da inauguração do *Restaurante para Senhoras* trouxe consigo uma mudança de cenário. O censo de 1920 atesta que 52% das mulheres que declararam suas profissões estavam alocadas no setor “das indústrias”, sendo as modalidades “têxtil” e “vestuário e toucador” as mais representativas. A categoria de trabalho doméstico passou a contar com 22% das trabalhadoras recenseadas:

**Tabela 2 – População feminina do município de São Paulo em relação às profissões em 1920**

<b>Natureza</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Total</b>
Produção de matéria-prima	Agricultura, criação, caça e pesca	593
Indústrias	Têxtil	6.072
	Couros e peles	1.104
	Cerâmica	152
	Produtos químicos e análogos	153
	Alimentação	76
	Vestuário e toucador	20.958
	Mobiliário	3
	Relacionado às ciências, letras e artes. Indústrias de luxo	91
	Outras	1.463

Transportes	Correios Telégrafos e telefones	505
Comércio	Bancos, câmbio, seguros, comerciante propriamente dito e outras espécies de comércio.	1.345
Administração	Federal, Estadual, Municipal e Particular	307
Profissões Liberais	Religiosas, judiciárias, médicas, magistério, “ciências, letras e artes”	5.452
Diversos	Pessoas que vivem de suas rendas	1.543
	Serviço doméstico	12.729
	Profissões “mal definidas”	5.089
Não declarados	0 a 14 anos	96.827
	15 a 20 anos	25.592
	21 ou mais	104.972
<b>Total</b>		<b>285.026</b>

**Fonte: BASSANEZI, Maria Silva C. Bassanezi (org.). São Paulo do passado: dados demográficos, v. VII. Campinas: NEPO–Núcleo de Estudos em População/UNICAMP, 2000.**

Mas a análise da população total feminina, incluindo indivíduos que não declararam suas profissões, discrimina que apenas 22% das mulheres atuavam no mercado de trabalho com algum grau de formalidade. Se for considerado que faixa etária entre 0 e 14 anos não empenhou sua força de trabalho em nenhuma atividade, quase 70% das mulheres recenseadas estariam afastadas do mercado de trabalho, levando a constatação de que contavam com sustento proveniente de outras fontes que não seus corpos. Porém, a execução de tarefas domésticas, por ser amplamente associada ao trabalho reprodutivo, pode novamente não ter sido interpretada pelos recenseadores como uma profissão formal, levando à classificação de diversas mulheres como “não declarantes” enquanto sua força de trabalho era desfrutada por outrem. Uma das situações onde esse cenário se fazia possível reside no entrelaçamento entre

relações familiares e de exploração, onde é notável a figura do criado. Pertencente à zona nebulosa que confunde as categorias “serviçal” e “membro da família”, simultaneamente explorado e protegido: muito mais uma condição do que uma profissão (SOUZA, 2017, p. 70).

Já distante do período de vigência da escravidão, a mulher negra continuou ocupando este lugar em lares cujas famílias se dispunham a cuidar e proteger meninas em situação de vulnerabilidade, tendo em contrapartida uma força de trabalho disponível para a manutenção do espaço doméstico. Em pesquisa de cunho etnográfico realizada na década de 1990, Teresinha Bernardo (1998) buscou resgatar memórias de antigos habitantes paulistanos, que narraram experiências sobre trabalho, família e convivência na cidade, e se deparou com diversas interlocutoras negras que narraram memórias vivenciadas durante as primeiras décadas do século XX. Uma delas, Dona Inez, conta que com oito anos de idade:

Já era empregada doméstica na casa dos Freire, em Santos, mas diziam que era como uma filha, porque meu pai tinha me dado para eles. Lá eu limpava, lavava e cozinhava sem receber nada porque era como uma filha. Minha avó, vendo a situação, me tirou dos Freire; fui morar na Mooca, na casa da minha avó, mas também em sua casa eu limpava, arrumava, era marmiteira e vendia doces pela rua. E nunca mais parei de trabalhar: de doméstica na casa dos outros e na minha casa. Chegava a trabalhar mais de 16 horas por dia. (BERNARDO, 1998, p. 53)

Por outro lado, desde o início do processo de constituição do parque industrial de São Paulo, as mulheres compunham um “[...] considerável contingente feminino nas fileiras do operariado nas primeiras décadas do século XX” (RAGO, 2009, p. 223), sobretudo no setor têxtil. Como veremos a seguir, a presença feminina em espaços de trabalho compreendidos essencialmente como masculinos, as distanciou ainda mais do modelo de feminilidade projetados para mulheres pertencentes às camadas pobres da sociedade, colocando em risco as expectativas acerca da formação familiar estimada para a formação de trabalhadores disciplinados ideais ao universo do trabalho livre.

### **Trabalho feminino e a “maternidade higiênica”: tensões e permanências**

Pautadas na concepção de que a maternidade é seu papel inato, representações normativas apontam para o dever civilizatório de mulheres brancas, atribuindo a elas, sob a tutela do médico, a educação moral, física e cívica das crianças, os futuros trabalhadores da nação civilizada, higiênica e etnicamente homogênea que se pretendia criar. Para tanto, o confinamento ao âmbito doméstico evitaria que boas senhoras fossem expostas às “ameaças morais” e “hostilidades” do mundo da rua - local dos pobres, das prostitutas e dos escravizados. Frágil,

dotada de uma natureza instável e predisposta à doenças e desequilíbrios mentais (MARTINS, 2000, p. 118), seria mister dominar, controlar, adestrar e regulamentar, de forma que a mulher não se tornasse uma ameaça aos laços familiares e, em última instância, à pátria.

Nesta perspectiva, o trabalho seria um obstáculo para que pudessem cumprir seu papel de mãe e esposa abnegada: se a convivência com homens nos espaços fabris e nas ruas poderiam facilitar as investidas sexuais masculinas (MOURA, 2000, p. 166), bem como levá-las à prostituição e à degeneração moral (RAGO, 1985, p. 22), as atividades remuneradas femininas eram observadas como reprováveis, ainda que inevitáveis (WEINSTEIN, 1995, p. 146). Margareth Rago indica como até mesmo nos discursos produzidos pelos sindicatos e associações políticas anarquistas e socialistas, as fábricas impediriam que a mulher pudesse desempenhar suas obrigações quanto à maternidade, estabelecendo relações paternalistas entre a mulher, frágil, indefesa e incapaz de promover sua organização política e as lideranças do movimento operário<sup>5</sup>:

Denunciando a exploração do trabalho feminino sempre sob o ângulo do atentado ao pudor, o discurso operário reforça a representação da fábrica como espaço pouco indicado para a delicada presença feminina e, deste modo, a intenção de preservação da mulher contra a imoralidade do processo de trabalho atua no sentido de defender o espaço masculino na produção e de valorizar a força de trabalho do homem (RAGO, 1985, p. 68).

Os modelos de feminilidade que emergem em meados do século XIX são paulatinamente prescritos às mulheres pobres, atribuindo a elas função central no processo de disciplinarização do trabalhador nacional e estrangeiro na conjuntura de emergência de uma mão de obra livre no pós-emancipação. Enquanto guardiã do lar, deveria amoldar sua família a uma disciplina de trabalho industrial e burguesa, "[...] retirar seu marido e seus filhos do convívio social, reduzi-los ao mundo doméstico [...]" (ESTEVES, 1989, p. 74-75), inscrevendo-se no projeto de saneamento das práticas populares de moradia e lazer, consideradas pelas camadas dominantes como perigosas e incivilizadas (RAGO, 1985, p. 12). Conforme aponta Marília Bueno de Araújo Ariza (2017, p. 68):

No ápice das tensões em torno da abolição e de seus desdobramentos, concepções revigoradas sobre a família e o devir feminino, misturadas ao cientificismo que vicejava amplamente entre a intelectualidade brasileira da época, eram elevadas a um novo patamar de importância. Integrando-se às narrativas do progresso, as representações da maternidade saneada e burguesa instrumentalizaram a operação prática de políticas nacionais de formação de um mercado de trabalho

---

<sup>5</sup> É interessante notar como discurso paternalista análogo permeia a entrevista da *Liga das Senhoras Católicas de São Paulo*.

livre e disciplinado, intimamente associadas aos desafios impostos pela abolição.

Em contrapartida, é importante ressaltar que as prescrições higiênicas em relação às mulheres negras expuseram seus corpos e comportamentos enquanto alteridade da mulher branca. Consideradas pelos médicos e sanitaristas como dotadas de uma sexualidade exacerbada, deveriam ser afastadas dos lares brancos de modo que não levassem a estes a degeneração física e moral do mundo das ruas (MACHADO, 2018, p. 335). Nesse sentido, as cativas foram paradoxalmente excluídas das representações sobre a “maternidade científica”: abalizadas como incapazes de desempenharem o papel de “mãe extremosa”, a elas foram relegados os cuidados das crianças brancas, uma vez que muitas “[...] trafegavam no ambiente doméstico da casa como amas-de-leite, amas-secas e criadas, ocupando-se de todas as funções tidas como próprias da mulher/mãe idealizada nos nascentes discursos médicos” (Ibid., p. 335)<sup>6</sup>. Longe de possuir inserção no cotidiano, haja vista as experiências de mulheres subalternas, construídas a partir de demandas da sobrevivência e o imperativo do trabalho, as representações sobre brancas e negras serviram para construir e reconstruir normas para comportamentos supostamente desviantes, sobretudo de mulheres despossuídas, as quais eram constantemente presas como ébrias e vagabundas (TELLES, 2011, *passim*) e estigmatizadas como agentes de trabalhos “não honestos”.

Contraopondo-se às normas preconizadas pelo catolicismo e, posteriormente, pelo saber médico em relação à família, desde o início do século XIX, Maria Odila Leite da Silva Dias (1995, p. 33-34) mapeou a profunda fragmentação das famílias paulistanas, informadas por uniões de uso costumeiro, concubinatos, filhos ilegítimos e, principalmente, a profusão de domicílios matrifocais, com mulheres brancas depauperadas à frente da subsistência do grupo familiar. Por seu turno, em relação às mulheres negras na escravidão e no pós-emancipação, Maria Cristina Cortez Wissenbach (1998) e Sidney Chalhoub (2012) demonstraram que os arranjos familiares poderiam ser espaço de construção de autonomia frente aos proprietários ou patrões, mas também de tensão: sensíveis à dupla exploração que viviam, enquanto produtoras e reprodutoras (MACHADO, 2018, p. 329), mantinham em seus comportamentos “[...] a intenção

---

<sup>6</sup> Um dos principais eixos de reflexão sobre o corpo de mulheres negras se referiu aos perigos da amamentação mercenária, amplamente utilizada pelas camadas senhoriais. Segundo os discursos médicos e sanitaristas, as amas de leite negras seriam vetores de doenças e de vícios morais. Ver, nesse sentido: TELLES, Lorena Féres da Silva. **Teresa Benguela e Felipa Crioula estavam grávidas: maternidade e escravidão no Rio de Janeiro (século XIX)**. 2018. 345f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo; CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. **Procura-se uma "Preta com muito bom leite, prendada e carinhosa": uma cartografia das amas-de-leite na sociedade carioca, 1850 - 1888**. 2006. 418f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília; SILVA, Robson Roberto. A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. **Antíteses**, Londrina, v. 9, n. 17, jan./jul. 2016, p. 297-322.

de garantir alguns direitos adquiridos na escravidão, entre eles, sobretudo, o de manter a organização de vida material, bem como a de suas relações sociais ligadas às dimensões da rua" (WISSENBACH, 1998, p. 146-147) frente aos maridos que reproduziam valores hegemônicos relacionados à honra, à reclusão ao ambiente doméstico e à figura do homem enquanto provedor. Portanto, ao passo em que "[...] o ato de desempenhar atividades remuneradas, mesmo que intermitentes em muitos casos, era parte da experiência real de vida dessas mulheres [...]" (CHALHOUB, 2012, p. 203), escravizadas, libertas e suas descendentes garantiram certa independência frente ao arbítrio masculino.

Por sua vez, como vimos, no início do século XX há um paulatino crescimento da participação de mulheres no mercado de trabalho formal, sem que, no entanto, houvesse grandes transformações nas concepções persistentes de família e na visão hegemônica da "natureza feminina". Apesar de não ter sido admitida sem vigilância, a participação feminina nas indústrias, acima de tudo de mulheres muito jovens, era significativa. Esta questão etária é problematizada por Barbara Weinstein de modo a demonstrar como, em realidade, a mão de obra feminina nas indústrias têxteis não era composta forçosamente de mães ou esposas:

Aqui, evito deliberadamente a palavra "mulher", já que somente um quarto desse pessoal era maior de 22 anos. Em outras palavras, o papel das mulheres adultas na força de trabalho industrial era muito menor do que se poderia acreditar à primeira vista. Além do mais, é possível supor que pelo menos uma parte das mulheres maiores de 22 anos eram solteiras ou viúvas e sem família para sustentar. Assim, a clássica imagem da mulher, fazendo malabarismos entre as exigências econômicas e as tarefas domésticas, poderia ser aplicada a uma porção relativamente pequena dessa força de trabalho (WEINSTEIN, 1995, p. 145).

Nesse sentido, os discursos que observam o trabalho feminino enquanto uma excepcionalidade e apenas complementar aos ganhos do marido se depararam, por um lado, com uma pobreza acachapante que se traduziu na disseminação do imperativo do trabalho entre mulheres despossuídas, e, por outro, com a baixa nupcialidade em todo o tecido social da sociedade paulistana na medida em que, a despeito das dificuldades referentes à consagração do matrimônio durante o período oitocentista<sup>7</sup>, apenas no censo de 1920 mulheres casadas se igualaram em número de solteiras (aproximadamente 44% do total de mulheres na cidade em ambas as categorias):

---

<sup>7</sup> A respeito das práticas de casamento entre as camadas populares no século XIX, cf. SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família – São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco Zero, 1989

**Tabela 3 – Mulheres acima de 10 anos de idade em relação ao estado civil na cidade de São Paulo (1872-1920)**

Estado civil	1872		1890	1920
	Livres	Escravas	Livres	Livres
<b>Solteiras</b>	2.298	1.246	19.671	97.147
<b>Casadas</b>	1.699	179	9.227	95.142
<b>Viúvas</b>	243	67	1.776	21.794
<b>Divorciadas</b>	-	-	24	1.815
<b>Total</b>	4.240	1.492	30.698	215.898

**Fonte: BASSANEZI, Maria Silva C. Bassanezi (org.). São Paulo do passado: dados demográficos, v. VII. Campinas: NEPO–Núcleo de Estudos em População/UNICAMP, 2000.**

Além disso, por meio do trabalho feminino ao longo do século XIX, sobretudo nos ofícios relacionados ao comércio de alimentos a retalho, nos serviços domésticos e no trabalho fabril, devem ser matizadas as perspectivas que apontam para uma dicotomia a-histórica entre um trabalho produtivo e outro, reprodutivo, bem como a associação destes a uma esfera pública e privada, respectivamente. Ao passo em que o estudo do cotidiano e o dos conceitos inscritos em conjunturas específicas acenam para o sobrepujamento de categorias estanques e universais (DIAS, 1994, p. 376), as atividades desempenhadas por escravizadas (até 1888), libertas e mulheres livres pobres, nacionais e estrangeiras, apontam para uma imbricação entre público e privado e entre produtivo e reprodutivo. Se na conjuntura de incipiente urbanização da capital, a atividade de "criadas de servir" impunha o trânsito pela cidade, cabendo a elas a compra de alimentos em armazéns ou no comércio ambulante e o abastecimento de água das residências nos chafarizes e bicas (WISSENBACH, 1998, p. 84-85), situações análogas podem ser observadas em outras atividades prioritariamente desempenhadas por mulheres, como no caso de lavadeiras, para as quais a subsistência era pautada no trabalho junto a rios e córregos, ou para engomadeiras e costureiras, que “enfrentavam, além da faina cotidiana do seu trabalho

doméstico, as obrigações com a freguesia, os prazos para a entrega das encomendas” (MATOS, 1995, p. 106).

No mesmo sentido, o trabalho a domicílio, no qual no espaço da casa eram desempenhadas tarefas de subsistência e atividades remuneradas, fez parte da experiência de mulheres implicadas na confecção de roupas, produção de sacos de juta e outras embalagens em fins do século XIX e início do século XX, na medida em que "desde as oficinas de costura, passando pelas fábricas de chapéus e calçados, pelas indústrias alimentícias, pelo setor têxtil e de confecções, muitos estabelecimentos empregavam, na época, trabalhadores para executarem determinadas tarefas a domicílio" (MOURA, 2000, p. 168). Nesta perspectiva, frequentemente as mulheres trabalhadoras se depararam com tempos e espaços sobrepostos, em que intercalavam tarefas para si (e, em algumas casos, para sua família) e para os outros (MATOS, 2014, p. 106): se muitas vezes os domicílios eram, simultaneamente, locais de produção e reprodução (Ibid., p. 103), “entre a casa e a rua havia um desdobramento contínuo de dependências mútuas que tecia e enredava um no outro o domínio do privado e do público” (DIAS, 1985, p. 103).

## **Conclusão**

O âmbito do trabalho é perspectiva privilegiada para investigar a instabilidade e precariedade em que viviam mulheres livres pobres, nacionais ou estrangeiras, escravizadas, libertandas e libertas nesta conjuntura em que a cidade de São Paulo “[...] mais inchava do que crescia, multiplicando a pobreza, numa escala sem precedentes, e gerando uma disponibilidade estrutural de mão de obra” (PINTO, 1994, p. 30) de fins do século XIX e início do século XX.

Como vimos, neste espaço foram construídas desigualdades significativas entre formas ocupacionais de mulheres negras e brancas, já que estas foram absorvidas de modos distintos no mercado de trabalho paulistano. O marco da Lei Áurea e o advento da República conformaram algumas mudanças significativas para a dinâmica da cidade, no entanto, mais do que modernizar as relações de trabalho logradas por mulheres, parecem ter reconfigurado maneiras de exploração sobre seus corpos com base na racialização das relações sociais.

Para os emergentes discursos médico-sanitários, no contexto do pós-emancipação as mulheres, sobretudo brancas, teriam papel central: a elas caberia a educação, o cuidado e a instrução dos futuros cidadãos e trabalhadores da pátria civilizada e higiênica - distante do passado escravista e monarquista - que se pretendia construir. Para tanto, deveria ser afastada do mundo das ruas, espaço dos pobres, dos escravizados e das prostitutas, de modo a desempenhar efetivamente seu dever enquanto “mãe higiênica”, abnegada e extremosa. Ao passo em que o ambiente feminino por excelência deveria ser o âmbito doméstico, o trabalho, ainda que inevitável para mulheres de setores despossuídos, era visto como ambiente em que

estariam suscetíveis à degeneração física e moral, obstando que desempenhassem seu dever por natureza, a maternidade.

Permanências destas representações sobre a mulher burguesa podem ser encontradas na entrevista de D. Augusta Ribeiro Danta ao *Correio Paulistano*, já na década de 1920. Na medida em que o mundo do trabalho não seria o espaço de mulheres honestas, mães higiênicas e esposas devotadas, caberia à *Liga das Senhoras Católicas de São Paulo*, a proteção paternalista de trabalhadoras, agindo no sentido de reproduzir as hierarquias sociais e raciais inerentes à sociedade paulistana e corroborando para a consecução dos interesses das elites na disciplinarização da mão de obra livre, nacional e estrangeira.

No entanto, as experiências de subsistência de mulheres despossuídas na capital, implicadas em atividades econômicas como a pluralidade de serviços domésticos, o pequeno comércio de gêneros alimentícios e o trabalho fabril “[...] sugerem imagens de rua, que se opõem radicalmente aos papéis sociais normativos das mulheres brancas, das classes dominantes” (DIAS, 1985, p. 90). No mesmo sentido, um olhar sobre o trabalho feminino entre as décadas de 1870 e 1920 revela papéis sociais improvisados, construídos ao sabor das demandas cotidianas, os quais distavam dos modelos de feminilidade construídos por uma moral católica e atualizados pelo saber médico.

#### Referências bibliográficas

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **O ofício da liberdade: trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830-1888)**. São Paulo: Alameda, 2014.

ARIZA, Marília Bueno de Araújo. **Mães infames, rebentos virtuosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX)**. 2017. 373f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BASSANEZI, Maria Silva C. Bassanezi (org.). **São Paulo do passado: dados demográficos, v. VII**. Campinas: NEPO–Núcleo de Estudos em População/UNICAMP, 2000.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: EDUC: Fundação da Editora UNESP, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

*Correio Paulistano*, n. 22490, sexta-feira, 5 mar. 1926, p. 3. Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. **Estudos Econômicos**, São Paulo, n. 15, 1985, p. 89-109.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FONSECA, Claudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 510-553.

GOMES, Flávio; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Da abolição ao pós-emancipação: ensaiando alguns caminhos para outros percursos. In: CASTILHO, Celso Thomas; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo (orgs.). **Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição**. São Paulo: EDUSP, 2015, p. 19-41.

HILL, Bridget. As mulheres, o trabalho e o censo: um problema para historiadores da mulher. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 14, 1995, p. 49-66.

HODES, Martha. The mercurial nature and abiding power of race: a transnational family story. **American Historical Review**, v. 108, n. 1, feb. 2003, p. 84-118.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano – e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo. In: \_\_\_\_\_. **Crime e escravidão**. São Paulo: EDUSP, 2014, p. 167-218.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Escravizadas, libertandas e libertas: qual liberdade?. In: GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão. **Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018, p. 327-337.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da obstetrícia e da ginecologia no século XIX**. 2000. 313f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, jan. 2008, p. 97-115.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2014.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Trabalhadoras no lar: reflexões sobre o trabalho domiciliar em São Paulo nos primeiros anos da República. **Diálogos**, Maringá, v. 4, n. 1, 2000, p. 161-184.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização (São Paulo, 1850 – 1900)**. São Paulo: Alameda, 2005.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 1994.

RAGO, Margareth. Relações de gênero e classe operária no Brasil: 1890-1930. In: MELO, Hildete Pereira de; PISCITELLI, Adriana; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Vera Lucia (orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília: UNESCO, 2009, p. 219-238.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, 1874.

ROCHA, Fábio Dantas. **Saindo das sombras: classe e raça na São Paulo pós-abolição (1887 - 1930)**. 2018. 288f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SANTANA, Maria Angélica. **Ética solidária: um estudo da ação religiosa e ética da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, nos princípios de Emmanuel Levinas**. 2007. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890 - 1915)**. São Paulo: Fapesp, 1998.

SÃO PAULO. Código de Posturas do Município de São Paulo, 6 out. 1886.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

SOUZA, Flavia Fernandes. **Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (1850 - 1920)**. 2017. 583f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

TELLES, Lorena Féres da Silva. “Vagabunda incorrigível”: mulheres pobres e polícia urbana, São Paulo, 1889 – 1896. **Estudos CEDHAL**, v. 1, 2011, p. 287-316.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Libertas entre sobrados: mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880 – 1920)**. São Paulo: Alameda, 2013.

WEINSTEIN, Barbara. As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, 1995, p. 143-171.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850 – 1880)**. São Paulo: Hucitec, 1998.

Artigo recebido em 10/08/2020 e  
aprovado para publicação em 26/10/2020